

COVID-19, migrações e transfronteirizações: um olhar para os impactos em Brasil-Argentina-Uruguai

COVID-19, Migration, and Cross-Border Dynamics: An Analysis of the Impacts in Brazil–Argentina–Uruguay

Roberto Rodolfo Georg Uebel¹

Aldomar Rückert²

Resumo: A pandemia da COVID-19 provocou transformações significativas nas dinâmicas de transfronteirização entre Brasil, Argentina e Uruguai, atuando como ponto de inflexão para o desenvolvimento socioeconômico e para a integração regional. Este artigo analisa os impactos das políticas de fechamento de fronteiras (*bordering*) adotadas durante a crise sanitária e suas consequências para regiões transfronteiriças, incluindo o aumento das migrações por rotas informais e novas dinâmicas de mobilidade. A partir de uma metodologia que combina pesquisa bibliográfica, documental e trabalhos de campo realizados entre 2021 e 2023, o estudo examina os processos de *rebordering* e *debordering*, destacando tanto o reforço das fronteiras como medida sanitária quanto as iniciativas de cooperação transfronteiriça e redes de solidariedade que emergiram para mitigar os efeitos da pandemia. Sob a perspectiva da Geografia Política, discute-se o papel das cidades gêmeas no fortalecimento de redes de apoio e na mobilidade econômica, bem como os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento regional em um contexto de desglobalização intensificada pela crise sanitária. Os resultados evidenciam a importância de políticas inclusivas e coordenadas para a integração regional, a proteção social dos migrantes e o papel estratégico dos atores subnacionais na governança migratória e transfronteiriça.

Palavras-chave: Migrações. COVID-19. Brasil. Argentina. Uruguai.

Abstract: The COVID-19 pandemic triggered significant transformations in cross-border dynamics between Brazil, Argentina, and Uruguay, marking a turning point for socioeconomic development and regional integration. This article analyzes the impacts of border-closure policies (*bordering*) adopted during the public health crisis and their consequences for border regions, including increased informal migration routes and new mobility dynamics. Drawing on a methodology that combines bibliographic and documentary research with fieldwork conducted between 2021 and 2023, the study examines processes of *rebordering* and *debordering*, highlighting both the reinforcement of borders as a sanitary measure and the cross-border cooperation initiatives and solidarity networks that emerged to mitigate the pandemic's effects. From a Political Geography perspective, the article discusses the role of twin cities in strengthening support networks and economic mobility, as well as the challenges and opportunities for regional development in a context of intensified deglobalization driven by the health crisis. The findings underscore the importance of inclusive and coordinated policies for regional integration, migrant social protection, and the strategic role of subnational actors in migration and cross-border governance.

Keywords: Migration. COVID-19. Brazil. Argentina. Uruguay.

¹ Professor de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Administração da ESPM. Coordenador do Núcleo de Estudos e Negócios Americanos (NENAM).

² Professor Titular do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do Laboratório Estado e Território (LABETER).

Introdução

A pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, desencadeou uma crise sanitária global sem precedentes, cujos efeitos extrapolaram o campo da saúde pública e impactaram profundamente as dinâmicas econômicas, sociais e políticas. Nesse contexto, as fronteiras internacionais desempenharam papel central na gestão da crise, evidenciando tensões entre políticas nacionais de contenção sanitária e práticas transfronteiriças consolidadas ao longo de décadas.

Na América do Sul, as fronteiras entre Brasil, Argentina e Uruguai constituem mais do que linhas territoriais: são espaços de intensa interação social, econômica e cultural, marcados pela presença de “cidades gêmeas” e por uma mobilidade cotidiana fundamental ao desenvolvimento local. A emergência da COVID-19 interrompeu essas dinâmicas, levando os Estados a adotar medidas de fechamento de fronteiras e restrições à circulação, com impactos diretos sobre trabalhadores transfronteiriços, o comércio local, o acesso a serviços e às redes familiares.

A Geografia Política oferece um arcabouço analítico relevante para compreender esses processos, especialmente por meio dos conceitos de *bordering*, *rebordering* e *debordering* (Szary, 2015; Szary, Giraut, 2015). A literatura enfatiza que as fronteiras são construções sociais e políticas, dinâmicas e historicamente situadas, passíveis de reforço ou flexibilização conforme contextos específicos. Durante a pandemia, observou-se um movimento simultâneo de reforço das fronteiras como estratégia sanitária (*rebordering*) e o surgimento de iniciativas locais de cooperação e solidariedade transfronteiriça (*debordering*), muitas vezes em contraponto às políticas nacionais unilaterais.

Este artigo analisa os impactos da pandemia da COVID-19 nas fronteiras entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, investigando como as políticas de controle fronteiriço influenciaram o desenvolvimento socioeconômico e os processos de integração regional. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, combinando revisão bibliográfica e documental com trabalhos de campo realizados entre 2021 e 2023 em regiões fronteiriças dos três países, buscando compreender os efeitos das restrições sobre as populações locais, o aumento das migrações por rotas informais e a reconfiguração das dinâmicas de mobilidade.

A pandemia evidenciou tanto a centralidade das políticas de fronteira em contextos de crise quanto os limites da coordenação regional. No âmbito do Mercosul, medidas restritivas

adotadas de forma desarticulada expuseram fragilidades institucionais e aprofundaram desigualdades pré-existentes. Ao mesmo tempo, as experiências observadas nas cidades gêmeas revelaram a capacidade de adaptação e resiliência das comunidades fronteiriças, que mobilizaram redes formais e informais de apoio para mitigar os impactos socioeconômicos e sanitários.

O artigo está estruturado em quatro seções além desta introdução. A primeira analisa os impactos das políticas de fechamento de fronteiras e suas consequências socioeconômicas nas regiões fronteiriças, com ênfase nas novas dinâmicas de mobilidade e no acesso desigual a serviços. A segunda discute os processos de *rebordering* e *debordering* durante a pandemia, destacando o papel da cooperação transfronteiriça e das redes de solidariedade. A terceira seção aborda os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento regional, enfatizando a reconfiguração das práticas migratórias e o papel das cidades gêmeas na integração socioeconômica. Por fim, a conclusão sintetiza os principais achados e aponta implicações para as políticas públicas e para a gestão das fronteiras em contextos de crise.

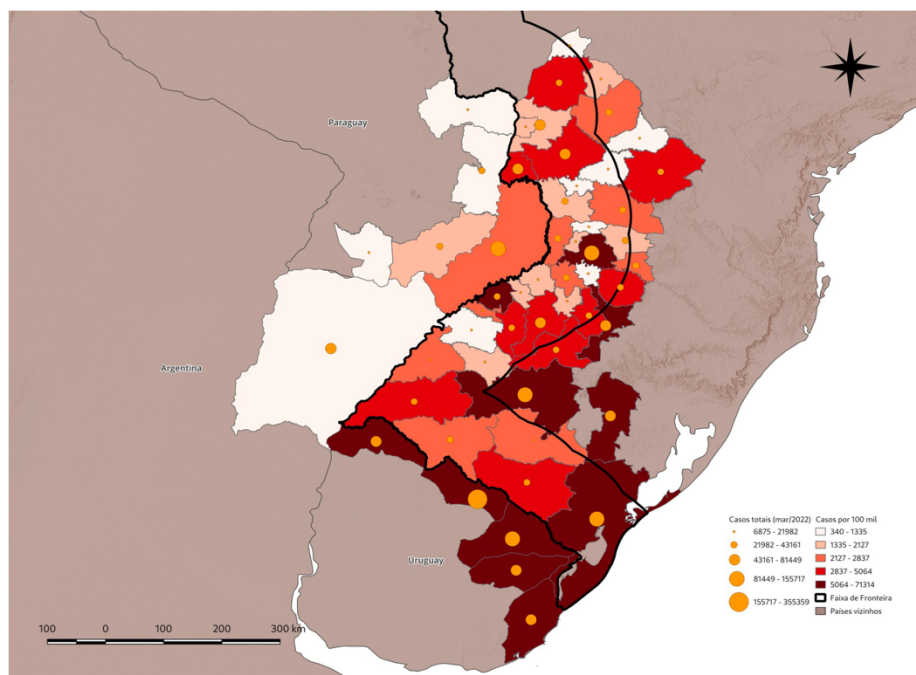
Ao examinar as transformações nas fronteiras Brasil–Argentina–Uruguai durante a pandemia, este estudo contribui para o debate acadêmico sobre governança fronteiriça, integração regional e gestão de crises, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais coordenadas, inclusivas e sensíveis às especificidades das regiões transfronteiriças.

Impactos da pandemia nas fronteiras

A pandemia da COVID-19 gerou uma resposta emergencial global, caracterizada pelo fechamento temporário de fronteiras, em um esforço de contenção do vírus. No contexto sul-americano, particularmente na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Uruguai, as políticas de *bordering* tornaram-se uma ferramenta de controle, impactando diretamente as áreas transfronteiriças, que historicamente dependem da livre circulação de pessoas e bens para sua subsistência.

A Figura 1 apresenta os casos de COVID-19 nas regiões imediatas do Brasil (conforme a metodologia da mais recente regionalização do IBGE), bem como nos departamentos e províncias do Paraguai, da Argentina e do Uruguai próximos à Faixa de Fronteira do Brasil. Além dos casos totais de infectados nestas unidades territoriais, os casos por 100.000 habitantes indicam que a incidência da COVID-19 foi elevada nas regiões fronteiriças entre o Brasil e o Uruguai (Trindade, 2022).

Figura 1 – Casos de COVID-19 entre Regiões Imediatas, Departamentos e Províncias nas regiões fronteiriças entre Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina



Pesquisa e organização: Vicente Paixão Trindade (2022). Fontes: IBGE, Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social/PY, GUIAD/UY, Organización Panamericana de La Salud/AR (2022).

O Quadro 1 a seguir ilustra o cenário da imigração no contexto da emergência da COVID-19 nos três países estudados, no período de 2020 a 2023.

Quadro 1 – Cenário da imigração em Brasil, Argentina e Uruguai (2020 a 2023)

Ano	País	Número Total de Imigrantes	Maiores Grupos de Imigrantes	2º Maior Grupo	3º Maior Grupo	4º Maior Grupo	5º Maior Grupo
2020	Brasil	1.341.000	Venezuelanos (260.000)	Haitianos (170.000)	Bolivianos (120.000)	Colombianos (75.000)	Paraguaios (65.000)
2020	Uruguai	93.000	Venezuelanos (35.000)	Argentinos (20.000)	Brasileiros (15.000)	Cubanos (9.000)	Peruanos (6.000)
2020	Argentina	2.212.000	Paraguaios (750.000)	Bolivianos (450.000)	Peruanos (170.000)	Venezuelanos (150.000)	Chilenos (100.000)
2021	Brasil	1.380.000	Venezuelanos (275.000)	Haitianos (180.000)	Bolivianos (122.000)	Colombianos (80.000)	Paraguaios (68.000)
2021	Uruguai	96.000	Venezuelanos (37.000)	Argentinos (21.000)	Brasileiros (16.000)	Cubanos (10.000)	Peruanos (6.500)

2021	Argentina	2.234.000	Paraguaios (760.000)	Bolivianos (455.000)	Peruanos (175.000)	Venezuelanos (160.000)	Chilenos (102.000)
2022	Brasil	1.421.000	Venezuelanos (290.000)	Haitianos (190.000)	Bolivianos (125.000)	Colombianos (85.000)	Paraguaios (70.000)
2022	Uruguai	99.000	Venezuelanos (39.000)	Argentinos (22.000)	Brasileiros (17.000)	Cubanos (11.000)	Peruanos (7.000)
2022	Argentina	2.257.000	Paraguaios (770.000)	Bolivianos (460.000)	Peruanos (180.000)	Venezuelanos (170.000)	Chilenos (105.000)
2023	Brasil	1.465.000	Venezuelanos (310.000)	Haitianos (200.000)	Bolivianos (130.000)	Colombianos (90.000)	Paraguaios (72.000)
2023	Uruguai	102.000	Venezuelanos (40.000)	Argentinos (23.000)	Brasileiros (18.000)	Cubanos (12.000)	Peruanos (7.500)
2023	Argentina	2.282.000	Paraguaios (780.000)	Bolivianos (470.000)	Peruanos (185.000)	Venezuelanos (180.000)	Chilenos (108.000)

Fontes: IOM (International Organization for Migration). "World Migration Report 2020-2023". Genebra: Organização Internacional para Migrações. Brasil: Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) – Dados de Imigração 2020-2023. Uruguai: Dirección Nacional de Migración – Relatórios 2020-2023. Argentina: Dirección Nacional de Migraciones – Informes de Migración 2020-2023.

Em março de 2020, tanto a Argentina quanto o Uruguai implementaram medidas de fechamento de suas fronteiras terrestres com o Brasil, com o objetivo de impedir o avanço do vírus. Essas medidas, no entanto, não levaram em consideração a profunda interdependência socioeconômica das comunidades fronteiriças³, como as localizadas entre Uruguaiana (Brasil) e Paso de los Libres (Argentina). Nessas áreas, a economia é frequentemente estruturada em torno de atividades comerciais, formais e informais, que dependem da livre circulação de trabalhadores, mercadorias e consumidores. Estudos indicam que o fechamento abrupto das fronteiras resultou na perda de 60% do comércio local em algumas regiões (Jesus, 2024).

Além das consequências econômicas, as políticas de *bordering* intensificaram a precarização do trabalho, uma vez que muitos trabalhadores transfronteiriços, especialmente

³ O conceito de interdependência complexa, desenvolvido por Robert Keohane e Joseph Nye (2001), refere-se à crescente interdependência entre países em diversos domínios, como economia, política e segurança, onde as relações transnacionais vão além dos vínculos estatais formais. No âmbito econômico, a interdependência complexa implica que as economias nacionais estão intrinsecamente conectadas por fluxos comerciais, investimentos e cadeias produtivas, criando uma relação de mútua vulnerabilidade e benefício. Aplicado às relações transfronteiriças, isso significa que áreas fronteiriças, como Brasil, Argentina e Uruguai, são fortemente impactadas por políticas de fronteira, uma vez que suas economias locais dependem da circulação de pessoas e bens.

os que atuavam na informalidade, não puderam mais atravessar para realizar suas atividades laborais. O impacto foi especialmente sentido em setores como o comércio de mercadorias e os serviços de transporte. A Figura 2 ilustra as áreas de maior dependência do fluxo transfronteiriço como no caso da fronteira Brasil-Uruguai, nas cidades de Santana do Livramento e Rivera, com pujante atividade comercial e turística.

Figura 2 – Ônibus com clientes brasileiros junto à Praça Internacional entre Santana do Livramento-Rivera



Fonte: acervo dos autores.

Essas políticas de fechamento também geraram consequências indiretas, como a interrupção do fornecimento de suprimentos médicos e de alimentos a algumas comunidades isoladas, o que aumentou a vulnerabilidade socioeconômica nas áreas mais distantes dos centros urbanos (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2020).

Apesar das políticas rigorosas de fechamento de fronteiras, o fluxo migratório entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai não foi completamente interrompido. A pandemia fez com que migrantes recorressem a rotas informais, muitas vezes por meio de trilhas não monitoradas ao longo da fronteira, como no caso do Parque Nacional do Iguaçu, que se tornou uma passagem estratégica para os migrantes, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade.

Estudos realizados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) indicam que houve um aumento significativo de 40% nas tentativas de atravessar as fronteiras de forma irregular durante o segundo semestre de 2020, especialmente por parte de migrantes que dependiam de serviços e empregos em países vizinhos (IOM, s.d.). Essas rotas informais, no entanto, não só expuseram os migrantes a maiores riscos à saúde, devido à falta de infraestrutura adequada e de controle sanitário, mas também favoreceram o crescimento de redes de tráfico de pessoas e de contrabando.

Além disso, as novas dinâmicas de mobilidade entre os três países destacam-se por sua complexidade. Muitos migrantes passaram a buscar localidades fronteiriças menos monitoradas, como áreas rurais e florestas, com a intenção de contornar as políticas de *bordering*. Isso gerou uma redistribuição dos fluxos migratórios, ampliando a pressão sobre as comunidades rurais que, em muitos casos, não dispõem de infraestrutura para receber migrantes em grande número (Freier, Kvietok, Oba, 2024).

A Figura 3 exemplifica as rotas informais utilizadas pelos migrantes na região da tríplice fronteira e os principais pontos de atravessamento sem monitoramento adequado, como as faixas urbanas de Chuí (Brasil) e Chuy (Uruguai). Essas dinâmicas forçaram os governos locais e regionais a adaptar suas políticas de imigração. No entanto, a resposta foi desigual e, em muitos casos, insuficiente para garantir a proteção dos direitos humanos dos migrantes. A pandemia também revelou disparidades profundas na capacidade de resposta sanitária entre as regiões fronteiriças do Brasil, da Argentina e do Uruguai. Embora os três países tenham adotado medidas para conter a propagação do vírus, a implementação dessas políticas de saúde pública nas áreas de fronteira foi marcada por desafios logísticos, falta de infraestrutura e desigualdades no acesso à saúde. Ademais, no caso brasileiro, a inação do governo federal, por questões político-ideológicas, acabou delegando a responsabilidade política e administrativa para os entes subnacionais, como governos estaduais e municipais. Um relato, obtido durante as pesquisas de campo, foi o de uma autoridade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Santana do Livramento, conforme segue:

A pandemia da COVID-19 foi muito sentida pela comunidade local e também do outro lado [da fronteira], pois da noite para o dia nós tivemos que fechar o comércio, escolas, postos de saúde ficaram sobrecarregados e famílias foram divididas literalmente. Não tínhamos orientação nenhuma de Brasília e o que chegava de Porto Alegre era diferente do que os uruguaios vinham aplicando. Por exemplo, nós podíamos tratar uruguaios e depois até mesmo vaciná-los, mas uma criança daqui, mesmo com pai ou mãe urguai, não podia ser vacinada em Rivera. As ambulâncias

não podiam cruzar a fronteira, sob pena de multa. Foi tudo muito difícil. (Autoridade A).⁴

Figura 3 – Limite internacional Uruguai-Brasil (Chuy-Chuí)



Fonte: acervo dos autores.

Durante a pandemia da COVID-19, a Argentina e o Uruguai adotaram políticas rigorosas de fechamento de fronteiras como medidas preventivas para conter a disseminação do vírus. Em contrapartida, o Brasil, apesar de implementar algumas restrições, optou por manter suas fronteiras relativamente abertas, o que gerou divergências significativas na abordagem regional ao controle da pandemia.

Argentina: restrições rigorosas e controle centralizado

A Argentina foi um dos primeiros países da América Latina a adotar medidas rígidas de fechamento de fronteiras. No início de março de 2020, o governo argentino, sob a presidência

⁴ Relato obtido em 15 de dezembro de 2023. Nome omitido por preservação à imagem.

de Alberto Fernández, implementou um bloqueio total de suas fronteiras terrestres, aéreas e marítimas às viagens internacionais, com exceções restritas para cidadãos argentinos e residentes permanentes. Essas medidas refletiam uma estratégia de “mitigação” orientada pelo princípio de contenção máxima, focada na limitação do contágio por meio da mobilidade transfronteiriça (Azerrat, Fratto, Fantozzi, 2020).

A política de *bordering* argentina, caracterizada por controles rígidos de entrada e saída, visava reduzir a propagação do vírus para regiões com infraestrutura de saúde mais frágil, especialmente nas áreas fronteiriças. Estima-se que a política de fechamento de fronteiras reduziu em 85% o fluxo transfronteiriço em comparação com os níveis pré-pandemia, particularmente nas regiões da fronteira entre a Argentina e o Brasil, como na área de Paso de los Libres (Gindri, 2020). No entanto, essas políticas também agravaram os desafios socioeconômicos nas comunidades fronteiriças, exacerbando a precariedade e aumentando a dependência de atividades informais (CEPAL, 2020).

Uruguai: abordagem coordenada e sucesso inicial

O Uruguai, sob a presidência de Luis Lacalle Pou, adotou uma abordagem similar à da Argentina em termos de fechamento de fronteiras, embora com uma coordenação mais centralizada e foco em políticas sanitárias rigorosas. Em março de 2020, o país fechou suas fronteiras terrestres com o Brasil, além de restringir significativamente as viagens internacionais, com exceções controladas para cidadãos uruguaios e residentes.

A eficácia das políticas uruguaias pode ser atribuída à rápida implementação de medidas de saúde pública, como rastreamento de contatos, testagem em massa e quarentenas obrigatórias para viajantes. Dados do Ministério da Saúde Pública do Uruguai indicam que o fechamento de fronteiras, aliado às políticas de saúde interna, resultou em taxas de infecção 40% mais baixas nas regiões fronteiriças em comparação ao restante do país (Vasco *et al.*, 2023). Além disso, o governo uruguaio investiu em campanhas de vacinação em larga escala nas áreas de fronteira, contribuindo para a contenção do vírus e mitigando os impactos negativos nas economias locais dependentes do fluxo transfronteiriço.

Brasil: fronteiras abertas e consequências

Em contraste, o Brasil adotou uma política mais flexível em relação às fronteiras durante a pandemia. Apesar de algumas medidas iniciais de controle, como o fechamento

temporário de fronteiras terrestres em meados de 2020, o governo federal, sob a administração de Jair Bolsonaro, priorizou a manutenção das fronteiras abertas, especialmente para o comércio internacional. A Portaria Interministerial nº 658 de 2020, que regulou a entrada de estrangeiros no país, permitia exceções para o trânsito de mercadorias e, eventualmente, para viagens aéreas internacionais (Brasil, 2020).

Essa postura mais permissiva foi amplamente criticada, visto que coincidiu com um dos maiores picos de infecção no Brasil, e áreas fronteiriças, como o Rio Grande do Sul, tornaram-se focos de transmissão, com aumento significativo de casos de COVID-19 entre migrantes e trabalhadores transfronteiriços. A título de exemplo, conforme dados oficiais da Secretaria Estadual da Saúde, 513.908 imigrantes contraíram COVID-19 no Estado, correspondendo a 16,36% de todos os casos, acima dos 67.805 profissionais de saúde que tiveram a doença⁵. A falta de uma coordenação eficaz entre os estados e o governo federal também foi apontada como um fator que contribuiu para a falha no controle das fronteiras e no combate à pandemia (Passarela, Heredia, Gomes, 2022).

As políticas de fechamento de fronteiras da Argentina e do Uruguai, embora economicamente complexas, demonstraram maior eficácia na contenção do vírus do que a política mais aberta do Brasil. A divergência nas abordagens adotadas pelos três países evidenciou a necessidade de maior coordenação regional – e, portanto, subnacional – para enfrentar pandemias futuras.

No Brasil, o Sistema Público de Saúde (SUS) sofreu uma sobrecarga significativa durante os picos da pandemia, especialmente em estados fronteiriços como o Rio Grande do Sul, onde a proximidade com o Uruguai e a Argentina intensificou o fluxo de pessoas em busca de atendimento médico. Em contraste, o Uruguai adotou uma abordagem mais centralizada e coordenada, reduzindo significativamente o número de infecções nas áreas fronteiriças nos primeiros meses da pandemia.

Por outro lado, a falta de coordenação entre os sistemas de saúde desses três países gerou desigualdades no acesso a tratamentos médicos e vacinas, evidenciando a problemática da integração regional via Mercosul, que se mostrou incapaz de coordenar essas agendas. Migrantes e residentes em áreas de fronteira, muitas vezes, não conseguiram acessar o sistema de saúde público no país vizinho devido às políticas restritivas de circulação e ao colapso de serviços essenciais em cidades menores. Isso foi particularmente problemático para as

⁵ Conforme dashboard publicado pela Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>.

populações indígenas que vivem na fronteira, que enfrentaram obstáculos adicionais à mobilidade e ao acesso a tratamentos para COVID-19 (Marques Filho, Urquiza, 2022).

As políticas sanitárias, quando eficazes, como no caso da vacinação em massa promovida pelo Uruguai a partir de 2021, ajudaram a conter a disseminação do vírus. No entanto, essa eficiência contrastava com a situação nas áreas brasileiras e argentinas, onde o colapso dos sistemas de saúde em determinadas regiões agravou a crise humanitária local (Weller et al., 2020). Tal cenário acabou por provocar processos de *rebordering* e *debordering*, que serão analisados na próxima seção.

Processos de *rebordering* e *debordering*

O impacto da pandemia de COVID-19 nas dinâmicas de migração e fronteiras nos países da Bacia do Prata, particularmente entre Brasil, Argentina e Uruguai, revelou as complexas interações entre saúde pública, geografia política e os direitos dos migrantes. A crise sanitária global acelerou processos de *rebordering* – ou o reforço dos controles das fronteiras nacionais – ao mesmo tempo que expôs a necessidade de *debordering*, isto é, a flexibilização ou desmantelamento das fronteiras para facilitar cooperações transfronteiriças. Para compreender esses processos, é necessário analisar os impactos imediatos dessas medidas para os migrantes e as populações locais, as iniciativas de cooperação em saúde e as redes de solidariedade emergentes, além de explorar o papel da Geografia Política na explicação dessas dinâmicas fronteiriças durante uma crise de saúde global.

Durante a pandemia de COVID-19, a imposição de medidas de controle nas fronteiras nacionais foi uma das primeiras respostas dos Estados para conter a disseminação do vírus. No caso do Brasil, da Argentina e do Uruguai, a reintrodução de restrições severas de circulação foi justificada por motivos sanitários, limitando o movimento de pessoas, principalmente em áreas de intensa atividade transfronteiriça. Este processo de *rebordering* envolveu a aplicação de quarentenas obrigatórias, fechamentos temporários de passagens fronteiriças (Figura 4) e restrições de entrada para determinados grupos, especialmente migrantes de países vizinhos, como brasileiros na Argentina e uruguaios no Brasil. Essas medidas, que inicialmente visavam conter a disseminação do vírus, exacerbaram as vulnerabilidades das populações migrantes e locais, que dependem dessas travessias diárias para o acesso ao trabalho, à saúde e à educação (Brumat, Finn, 2021).

Os migrantes foram particularmente impactados, pois muitos deles trabalham no setor informal e não têm acesso fácil a sistemas de saúde e de segurança social. O fechamento de

fronteiras afetou diretamente suas condições de vida, uma vez que perderam o acesso a oportunidades de trabalho e, em alguns casos, ficaram impedidos de retornar aos seus países de origem. A escassez de recursos e o aumento do desemprego, combinados com o isolamento social, ampliaram as tensões em comunidades fronteiriças, aumentando a precariedade social e a exclusão econômica, conforme descrito por estudo do Instituto Social do Mercosul:

Figura 4 – Fechamento e militarização da fronteira entre Uruguai e Brasil



Fonte: Marcelo Pinto/A Plateia/CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/uruguai-controla-covid-19-com-liberdades-impensaveis-em-outros-paises/>. Acesso em: 25 set. 2024.

Encarnación – Posadas

O impacto da Covid-19 foi diferente para as duas cidades. Por um lado, em Encarnación os efeitos foram significativamente negativos: além do comércio, foram afetadas as atividades turísticas, tanto na praia como no famoso carnaval e na exploração das reduções jesuítas. Posadas apresentou uma reação muito diferente das demais cidades com relação ao coronavírus, pois a pandemia produziu a maior reativação econômica da Argentina com todos os indicadores de atividade econômica positivos, acima da inflação e acima da atividade registrada antes da pandemia, devido ao aumento significativo nas vendas dos negócios daquela cidade a partir do fechamento da fronteira, com base em dados do jornal La Nación Argentina.

Salto - Concordia

Com o fechamento das fronteiras e a impossibilidade de fazer compras na cidade vizinha, as lojas de Salto tiveram um aumento nas vendas, uma vez que a demanda não pôde ser atendida com os produtos de Concordia. Nesta perspectiva, as restrições à mobilidade das pessoas tiveram um impacto positivo no dinamismo comercial de Salto, enquanto em Concordia ocorreu o fenômeno oposto. No entanto, o contraponto para a população da cidade de Salto, que comprando alimentos economizou bastante,

foi o aumento do custo da cesta básica, porque comprou no Uruguai a preços mais elevados. Estudos da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Concordia indicam que 70,5% das empresas reduziram suas vendas em relação ao mesmo período antes da pandemia. De fato, a redução da demanda dos compradores uruguayos afetou o comércio e o emprego nesta cidade. O setor do turismo, tanto em Salto como em Concordia, foi fortemente afetado pelo cancelamento e interrupção de todas as atividades, especialmente as relacionadas com a hotelaria que explora as águas termais.

Rivera – Santana do Livramento

O principal efeito da pandemia na economia tem sido a proibição, pelo Brasil, da chegada de ônibus de outras cidades com compradores, afetando diretamente o setor comercial de Santana do Livramento e Rivera. Uma particularidade do impacto da Covid-19 nestas cidades é que os residentes de Rivera continuaram a “deslocar-se” a Santana do Livramento para fazer compras, ao contrário das outras cidades analisadas, onde as pontes também significavam postos de saúde e de imigração. A conurbação deste par de cidades fronteiriças demonstrou que a gestão de desafios conjuntos pode ser abordada, desenhada e implementada numa escala transfronteiriça, pois é esta que tenta resolver os problemas e necessidades da população. Em 18 de março de 2020, a Câmara Uruguiaia de *Free Shops* resolveu adotar as medidas sanitárias do governo uruguaio solicitando a seus associados o fechamento de suas lojas para proteger a saúde de funcionários e clientes. Embora essas medidas fossem necessárias, elas geraram uma série de efeitos negativos na obtenção de renda devido à falta de turistas estrangeiros, predominantemente brasileiros. Os *free shops* de fronteira do lado uruguaio já vêm de anos difíceis que afetaram muito sua economia e, além disso, sofreram a instalação do regime de *free shops* brasileiros. (Instituto Social del MERCOSUR, 2021).

Do ponto de vista das populações locais que residem nas fronteiras, o *rebordering* também afetou a logística de atendimento à saúde. Em localidades como o município de Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, cidades gêmeas cuja população está fortemente integrada, o fechamento de fronteiras e a divisão física imposta pelas barreiras sanitárias complicaram o acesso aos serviços básicos, como consultas médicas e compra de suprimentos, gerando descontentamento e agravando a desconfiança entre os governos locais e a população (Almeida, 2021).

Apesar do *rebordering* como resposta primária, houve esforços significativos para mitigar os efeitos da pandemia por meio de iniciativas de *debordering*. Em regiões onde as fronteiras são indispensáveis à vida cotidiana das populações locais, surgiram redes de cooperação transfronteiriça e de solidariedade para garantir o acesso a serviços de saúde e a outros recursos essenciais. Um exemplo disso ocorreu nas áreas transfronteiriças do Mercosul, onde as autoridades de saúde brasileiras e uruguayas implementaram um protocolo conjunto para a gestão de emergências médicas, estabelecendo corredores sanitários que permitiam o trânsito de ambulâncias e de outros serviços de saúde entre os dois países, independentemente das restrições impostas a outros setores (Basualdo, 2023).

Essas redes de cooperação transfronteiriça são uma manifestação do processo de *debordering* em um contexto de crise, onde as fronteiras rígidas se tornam um obstáculo para a eficácia da resposta sanitária. A pandemia forçou os países a repensar a necessidade de uma abordagem mais colaborativa e integrada para enfrentar desafios que transcendem as fronteiras. Além dos acordos governamentais, houve a mobilização de organizações da sociedade civil e de ONGs, que criaram redes de apoio para fornecer alimentos e medicamentos a migrantes que ficaram presos nas fronteiras ou em situações de vulnerabilidade nas cidades fronteiriças. Essas redes de solidariedade emergiram como resposta à ineficácia das políticas estatais de auxílio imediato, tornando-se um fator fundamental para a manutenção da ordem social nas fronteiras (Aponte Motta, Kramsch, 2020).

Além disso, essas iniciativas de *debordering* enfatizaram o conceito de soberania compartilhada em tempos de crise. A pandemia levou governos subnacionais a se engajar em diálogos mais frequentes, negociando medidas para mitigar os impactos negativos do fechamento de fronteiras. A coordenação entre Rio Grande do Sul e Uruguai, por exemplo, no controle da disseminação de variantes da COVID-19, demonstra como uma abordagem transfronteiriça pode se tornar mais eficaz do que medidas isoladas e unilaterais atreladas aos governos centrais, conforme o protocolo criado entre os dois governos para as regiões transfronteiriças:

“Vamos, nesta semana que chega, reunir nossas equipes e buscar firmar protocolos únicos entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul, onde numa atitude de colaboração conjunta teremos sempre a saúde pública em primeiro lugar. O vírus não respeita a Fronteira”, declarou o ministro de Saúde Pública do Uruguai, Daniel Salinas. Segundo a secretária Estadual da Saúde do RS, Arita Bergamann, o trabalho acontecerá em conjunto, após a assinatura destes termos de trabalho e cooperação. “Vamos formar esse documento de colaboração sanitária entre o governo do RS e o governo Uruguaio visando trabalhos, protocolos e testagens conjuntas nas cidades de Fronteira entre o Uruguai e o Brasil”, explicou. Além de Livramento e Rivera, as cidades que comporão o trabalho em conjunto são: Aceguá (RS) e Acegua (UY); Quaraí (RS) e Artigas (RS); Barra do Quaraí (RS) e Bella Union (UY); Chuí (RS) e Chuy (UY); e Jaguarão (RS) e Rio Branco (UY). (Guerra, 2020)

A Geografia Política oferece, assim, uma lente teórica importante para a compreensão das dinâmicas de fronteira que emergiram durante a pandemia. O *rebordering* e o *debordering* não são apenas processos logísticos ou administrativos; são também expressões do poder do Estado sobre o território e sobre os corpos das pessoas que nele circulam (Van Houtum, Van Naerssen, 2002). O fechamento das fronteiras durante a pandemia reforçou a noção clássica de

soberania estatal, segundo a qual o controle das fronteiras é considerado um direito fundamental para garantir a segurança nacional e a saúde pública. Contudo, essa abordagem ignora as realidades fluidas das fronteiras, particularmente em regiões onde os laços sociais, culturais e econômicos atravessam essas delimitações geográficas de forma contínua.

No contexto da pandemia, as fronteiras tornaram-se espaços de negociação e contestação. Ao mesmo tempo em que os controles de fronteiras foram rigidamente reforçados, também houve um movimento contrário de flexibilização por meio da cooperação regional, como mencionado nas iniciativas de corredores sanitários. A Geografia Política permite analisar como essas dinâmicas são moldadas tanto pelo poder estatal quanto pelos fluxos de pessoas e mercadorias, que continuam a pressionar as fronteiras, mesmo em tempos de crise.

O conceito de fronteiras porosas, abordado por Lia Osório Machado (Brasil, 2005), é útil para descrever como as fronteiras não são apenas linhas de separação, mas sim espaços dinâmicos de interação social e política, especialmente nas regiões transfronteiriças do sul do Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai. Durante a pandemia, esses espaços, sobretudo os transfronteiriços, se tornaram arenas de disputa entre as exigências de segurança e as necessidades humanitárias. Enquanto os governos reforçavam o controle das fronteiras, as populações locais, especialmente os migrantes, reagiam criando novas formas de atravessamento e de cooperação, desafiando a rigidez dessas barreiras.

A Geografia Política também permite compreender a natureza temporária e excepcional das medidas de *rebordering* durante a pandemia. As fronteiras, nesse contexto, tornaram-se ferramentas de gestão de crise, com vigência limitada, mas com impactos duradouros sobre as populações. A migração, característica estrutural das regiões de fronteira, foi temporariamente interrompida, mas as redes sociais e econômicas que sustentam a mobilidade permaneceram, aguardando o momento de reativação (Newman, 2006). Esse caráter de suspensão temporária destaca a flexibilidade e a adaptação que caracterizam as fronteiras contemporâneas, nas quais a soberania estatal é constantemente negociada e rearticulada.

A pandemia de COVID-19 trouxe, assim, à tona tensões latentes nas dinâmicas de fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai, revelando tanto o poder quanto as limitações do Estado para controlar esses espaços. O *rebordering* e o *debordering* se manifestaram como estratégias opostas, mas complementares, refletindo a necessidade de controle, mas também de cooperação. A análise da Geografia Política é fundamental para compreender como as fronteiras funcionam não apenas como barreiras físicas, mas também como espaços de interação e negociação social, política e econômica. O futuro das políticas de fronteira no Mercosul e na Bacia do Prata dependerá da capacidade de equilibrar essas duas dinâmicas,

promovendo um modelo de governança transfronteiriça que seja simultaneamente seguro e solidário, o que permite a prospecção, inclusive, de agendas para Desenvolvimento Regional, que abordaremos na próxima seção.

Desafios e oportunidades para o desenvolvimento regional

A pandemia de COVID-19, conforme abordado nas seções anteriores, teve um impacto transformador na dinâmica regional entre Brasil, Argentina e Uruguai, particularmente nas áreas de migração e de cooperação econômica. As fronteiras, antes porosas e amplamente integradas, se tornaram barreiras que exacerbaram as desigualdades socioeconômicas e restringiram a mobilidade. A suspensão temporária das interações econômicas e sociais transfronteiriças evidenciou a dependência mútua entre os países da Bacia do Prata, criando desafios imediatos para o desenvolvimento regional, mas também abrindo oportunidades para a reconfiguração dessas relações.

A reconfiguração das práticas e percepções migratórias tornou-se uma necessidade à medida que os fluxos tradicionais de migração, tanto legais quanto informais, foram interrompidos. A pandemia forçou os governos a reconsiderarem suas abordagens em relação às fronteiras e à mobilidade humana, o que, por sua vez, levou à criação de novas políticas que priorizam a saúde pública e a segurança. Nesse contexto, a cooperação paradiplomática, regional e subnacional foi decisiva para o enfrentamento dos desafios sanitários e econômicos, conforme apontam Sousa e Rodrigues (2021), ao discutirem a importância de redes de solidariedade transfronteiriças.

O fechamento de fronteiras e as restrições impostas durante a pandemia de COVID-19 trouxeram à tona a vulnerabilidade dos migrantes, especialmente aqueles que dependiam das cidades gêmeas para sua sobrevivência econômica e social. Estas cidades, como aquelas encontradas entre Brasil, Argentina e Uruguai, desempenham um papel fundamental no cotidiano das populações locais, permitindo que trabalhadores e famílias atravessem de um país a outro de maneira relativamente fácil e com frequência. Contudo, as políticas de *lockdown* e as incertezas sanitárias impuseram novos desafios.

Essa interrupção abrupta na mobilidade levou à reconfiguração das percepções sobre migração e fronteiras. Muitos migrantes passaram a ver as fronteiras não mais como oportunidades, mas como barreiras à sua subsistência. No entanto, com a gradual reabertura e a implementação de protocolos sanitários, novos fluxos migratórios surgiram, desta vez baseados em redes de apoio mais estruturadas e na cooperação comunitária. Como observa

Genova (2022), a pandemia evidenciou a necessidade de reavaliar a função das fronteiras, não apenas como barreiras físicas, mas também como pontos de convergência econômica e social.

A integração socioeconômica entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai sempre foi uma característica marcante das regiões fronteiriças. A economia regional depende significativamente do comércio transfronteiriço, da mão de obra migrante e da cooperação na infraestrutura. A COVID-19, no entanto, interrompeu essas interações, criando obstáculos que ainda estão sendo superados. Um estudo de Cardinale *et al.* (2024) destaca que a cooperação local foi fundamental para mitigar os impactos econômicos da pandemia, especialmente em áreas rurais e fronteiriças.

Embora os desafios econômicos tenham sido profundos, a crise também abriu novas oportunidades para a integração. A cooperação entre os três países em setores como saúde pública, transportes e comércio regional mostrou-se crucial para enfrentar a pandemia. Iniciativas conjuntas de vacinação, por exemplo, reforçaram a necessidade de uma abordagem coordenada para a saúde pública regional, conforme descrito por Padula e Fonseca (2020): a pandemia impulsionou uma nova fase de cooperação transnacional, com iniciativas como a coordenação logística da distribuição de vacinas e o intercâmbio de profissionais de saúde entre as regiões fronteiriças.

As cidades gêmeas, que historicamente serviram como pontos de interseção econômica, desempenharam um papel ainda mais importante durante a pandemia. Com a reabertura gradual das fronteiras, foi possível observar o fortalecimento das redes de apoio locais e uma mobilidade econômica mais resiliente. O desenvolvimento de infraestruturas mais robustas e a possibilidade de criação de zonas econômicas especiais nas áreas transfronteiriças foram identificados como medidas promissoras para impulsionar a recuperação econômica pós-pandemia (Rollsing, 2024).

O Mercosul, como principal bloco econômico regional, desempenhou um papel crucial no processo de integração durante a pandemia. A instituição, que já vinha enfrentando desafios relacionados à sua relevância política e econômica, foi forçada a adotar novas estratégias para coordenar as respostas dos países-membros à crise sanitária. A pandemia expôs as limitações da cooperação regional existente, mas também incentivou um novo foco na integração produtiva e na gestão conjunta de crises.

O Mercosul atuou como mediador nas discussões sobre a reabertura de fronteiras e a harmonização de protocolos sanitários, com resultados mistos. De acordo com Zelicovich (2020), a pandemia revelou tanto as fragilidades quanto as oportunidades de cooperação dentro do Mercosul, demonstrando a necessidade de uma maior integração para enfrentar crises

transnacionais. Nesse sentido, a criação de um plano coordenado para a recuperação econômica regional, com ênfase na sustentabilidade e na inclusão social, foi uma das respostas mais significativas do bloco.

Além do Mercosul, outras instituições regionais, como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), também desempenharam papéis importantes na promoção da cooperação regional durante a pandemia. A ALADI, por exemplo, facilitou a harmonização de políticas comerciais e alfandegárias entre os países membros, ajudando a mitigar os impactos econômicos das interrupções no comércio internacional. A CELAC, por sua vez, dadas as limitações político-institucionais, promoveu uma agenda de integração voltada à cooperação em saúde e segurança alimentar (Nascone, 2022).

Essas instituições, embora limitadas em suas capacidades, serviram como plataformas importantes para a articulação de políticas regionais e para a criação de mecanismos de resposta coletiva às crises geradas pela pandemia. O fortalecimento dessas redes de cooperação, aliado a uma maior coordenação entre os governos nacionais, será fundamental para garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo na região pós-pandemia.

O quadro 2, comparativo a seguir, apresenta as principais ações de Mercosul, Unasul e CELAC durante a pandemia de COVID-19, abordando grupos de trabalho, questões econômicas, sociais, políticas, comerciais e sanitárias, bem como os desafios enfrentados e os avanços obtidos.

Quadro 2 – Ações do Mercosul, Unasul e CELAC durante a pandemia da COVID-19

Dimensão	Mercosul	Unasul	CELAC
Grupos de Trabalho	Criação de grupos focados em saúde, economia e transporte.	A Unasul, em declínio, teve pouca ação coordenada significativa durante a pandemia.	Grupos de trabalho focados em saúde e segurança alimentar.
Questões Econômicas	Acordos comerciais para facilitar o comércio transfronteiriço, coordenação de políticas alfandegárias e reabertura gradual das fronteiras.	Sem coordenação efetiva durante a pandemia, devido à inatividade de alguns países-membros.	Propostas de cooperação econômica e de facilitação do comércio interregional.
Questões Sociais	Atenção à mobilidade de trabalhadores migrantes e programas para mitigar o impacto social da crise em regiões fronteiriças.	Inação generalizada devido à crise política interna da organização.	Apoio a políticas sociais de distribuição de vacinas e de ajuda humanitária.

Questões Políticas	Tentativa de coordenar as respostas políticas para a reabertura segura das fronteiras e a retomada econômica.	Conflitos internos entre os países-membros impediram ações conjuntas.	Coordenação de posições comuns para lidar com as consequências políticas da pandemia, promovendo diálogo multilateral.
Questões Comerciais	Flexibilização das regras de comércio e de transporte de bens essenciais; apoio a cadeias de suprimentos regionais.	A inatividade política limitou a ação da Unasul no âmbito comercial.	A CELAC promoveu diálogos para garantir a continuidade das trocas comerciais entre os países-membros.
Questões Sanitárias	Cooperação em saúde pública, com a criação de protocolos regionais para a contenção da COVID-19 e a coordenação da logística de distribuição de vacinas.	Sem uma resposta sanitária integrada devido ao declínio da organização.	Propostas de cooperação sanitária, com apoio ao acesso equitativo a vacinas por meio do COVAX.
Desafios	Dificuldades na harmonização de políticas entre os países-membros, reabertura gradual das fronteiras e discrepâncias nas políticas de vacinação.	A inatividade política e a falta de compromisso dos países-membros prejudicaram a resposta coordenada à pandemia.	Desafios na articulação efetiva de uma resposta conjunta à crise sanitária devido à diversidade política entre os membros.
Avanços	Progresso na cooperação sanitária e na reabertura coordenada das fronteiras para o transporte e a mobilidade de bens essenciais.	Pouco progresso durante a pandemia devido à desintegração interna.	Fortalecimento da cooperação em saúde pública, especialmente na distribuição de vacinas e segurança alimentar.

Fonte: elaborado pelos autores.

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona os desafios estruturais enfrentados pela região transfronteiriça entre Brasil, Argentina e Uruguai, ao mesmo tempo em que abriu novas oportunidades para a reconfiguração das práticas migratórias e para o fortalecimento da cooperação socioeconômica. A integração regional, impulsionada por instituições como o Mercosul, a ALADI e a CELAC, ainda que de forma limitada, demonstrou ser um fator crítico para mitigar os impactos econômicos e sociais da pandemia. À medida que a região avança para uma fase de recuperação, será essencial continuar a desenvolver políticas que promovam tanto a mobilidade sustentável quanto a cooperação econômica em escala local e regional.

Conclusão

A pandemia da COVID-19 desencadeou um processo complexo de reconfiguração das fronteiras entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, afetando profundamente as dinâmicas migratórias na região da Bacia do Prata. A implementação de políticas de *bordering*, caracterizadas pelo fortalecimento das fronteiras através do fechamento e de restrições de mobilidade, teve um impacto direto nos fluxos migratórios, limitando o acesso a oportunidades econômicas e sociais para os migrantes. Este cenário de reforço das fronteiras físicas e políticas desafiou a capacidade dos migrantes de manter suas rotinas de vida transfronteiriças, evidenciando a fragilidade de suas condições diante das políticas de emergência sanitária.

Paralelamente, observaram-se fenômenos de *debordering*, nos quais a cooperação transfronteiriça e a solidariedade emergiram como respostas comunitárias e governamentais à crise, facilitando o acesso a recursos essenciais, como saúde e alimentação, para as populações afetadas. Essas iniciativas de *debordering* refletem uma ressignificação das fronteiras, em que, apesar das barreiras físicas impostas pela pandemia, os laços sociais e econômicos se fortaleceram, demonstrando a capacidade de comunidades e governos locais de transcender limites geopolíticos em momentos de crise.

O processo de *rebordering*, consequência das flutuações entre restrições e flexibilizações fronteiriças, destacou a natureza dinâmica e fluida das fronteiras, que passaram a ser reinterpretadas não apenas como barreiras, mas também como espaços de interação e cooperação. A Geografia Política desempenha, assim, um papel fundamental na análise dessas transformações, oferecendo ferramentas teóricas e metodológicas para compreender como as políticas de *bordering*, *debordering* e *rebordering* moldam as relações sociais, econômicas e políticas nas fronteiras. O estudo dessas dinâmicas revelou que as fronteiras, longe de serem linhas divisórias estáticas, são construções sociais e políticas sujeitas a constantes reconfigurações.

As principais conclusões desta pesquisa destacam a complexidade das respostas migratórias e das políticas fronteiriças em tempos de crise. A pandemia da COVID-19 não apenas restringiu a mobilidade humana, mas também provocou uma reavaliação das práticas de gestão de fronteiras e das políticas migratórias. Observou-se que as dinâmicas de *bordering*, *debordering* e *rebordering* desempenharam papel central na ressignificação das fronteiras, influenciando diretamente as experiências dos migrantes na região estudada.

A compreensão desses processos, por meio da lente da Geografia Política, é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, capazes de responder

às necessidades das populações migrantes em contextos de crise global. Este estudo contribui, portanto, para aprofundar o conhecimento sobre as interações transfronteiriças na América do Sul, sublinhando a importância de abordagens interdisciplinares na gestão de fronteiras e na formulação de políticas migratórias, especialmente em tempos de crises.

Referências

ALMEIDA, Letícia Núñez. Sant’Ana do Livramento e Rivera: isolamento e ilegalismos em tempos de Covid-19. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Reflexões na Pandemia*, Rio de Janeiro, p. 1-7, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/589ndw3b>. Acesso em: 25 set. 2024.

APONTE MOTTA, Jorge; KRAMSCH, Olivier Thomas. Las fronteras de la COVID-19: ¿escenario de guerra o camino de esperanza? Un diálogo telemático transatlántico. *Geopolítica(s)*. Revista de estudios sobre espacio y poder, v. 11, n. especial, p. 39-51, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/geop.69129>. Acesso em: 25 set. 2024.

AZERRAT, Juan Martín Inti; FRATTO, María Celeste; FANTOZZI, Anabella Giselle. ¿Gobernar es cuidar? Los estilos de gestión de la pandemia en América del Sur: los casos de Argentina, Brasil y Uruguay. *Trabajo y Sociedad*, v. XXII, n. 36, p. 145-173, dez. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=387366077008>. Acesso em: 23 set. 2024.

BASUALDO, Lourdes. Inmunización de la movilidad, “corredor sanitario” y control del movimiento en tiempos de COVID-19. *Estudios Fronterizos*, v. 24, 2023, e119. Disponível em: <https://doi.org/10.21670/ref.2308119>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. *Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDF.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Presidência da República*. Portaria nº 658, de 5 de outubro de 2021. Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, conforme a Lei nº 13.979, de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria-658-21-ccv.htm. Acesso em: 24 set. 2024.

BRUMAT, Leiza; FINN, Victoria. Mobility and Citizenship During Pandemics: The Multilevel Political Responses in South America. *Partecipazione e Conflitto*, v. 14, n. 1, p. 321-340, 2021. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/24028/20018>. Acesso em: 25 set. 2024.

CARDINALE, María Eugenia; BERNARDI, Karen Daniela de; FOTI, Malena; CHERINI, Oriana; POLITO ACOSTA, Rafaela Mariana. Cooperación transfronteriza y seguridad ciudadana en el espacio transfronterizo del "Comité para el Desarrollo de la Cuenca del Río Uruguay (CCRU)". *Suplemento CDyT*, Universidad Nacional de Entre Ríos, v. 14, n. 16, p. 308-322, maio 2024. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/235830>. Acesso em: 25 set. 2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Report on the economic impact of coronavirus disease (COVID-19) on Latin America and the Caribbean*. Santiago: United Nations, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/0a1dcb1c-fl63-414e-803b-d3f57759de01/content>. Acesso em: 24 set. 2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Pandemic and Human Rights in the Americas*. Resolução 1/20, 10 abr. 2020. Disponível em: <https://www.oas.org/en/iachr/decisions/pdf/Resolution-1-20-en.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

FREIER, Luisa Feline; KVIETOK, Andrea; OBA, Leon Lucar. *Converging Crises: The Impacts of COVID-19 on Migration in South America*. Washington, DC: Migration Policy Institute, 2024.

GENOVA, Nicholas De. Viral borders: migration, deceleration, and the re-bordering of mobility during the COVID-19 pandemic. *Communication, Culture and Critique*, v. 15, n. 2, p. 139-156, jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ccc/tcac009>. Acesso em: 25 set. 2024.

GINDRI, Valentina. Fronteiras fechadas: quando o coronavírus impede a volta para casa. *Humanista*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 03 dez. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2020/12/03/fronteiras-fechadas-quando-o-coronavirus-impede-a-volta-para-casa/>. Acesso em: 24 set. 2024.

GUERRA, Cristiano. *Coronavírus: RS e Uruguai devem firmar protocolos únicos em cidades gêmeas de fronteira*. Portal da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 30 maio 2020. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/320578/Default.aspx>. Acesso em: 25 set. 2024.

INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR. *Impacto de Covid-19 en las fronteras del MERCOSUR y prospección de escenarios en materia de medios de vida para las juventudes*. Asunción: Instituto Social del MERCOSUR, 2021. Disponível em: <https://www.ismercosur.org/es/download/21412/>. Acesso em: 25 set. 2024.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. *COVID-19 and Migrants*. Disponível em: https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/our_work/ICP/MPR/migration_factsheet_6_covid-19_and_migrants.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

JESUS, Alex Dias de. Beyond the Border, the Rights, and the Reception: Mobility and Immobility in Pandemic Times. *GEOUSP*, São Paulo, v. 28, n. 1, e215645, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/geo/a/vDSjk6g4r8mQF5ZSntz9Lzp/>. Acesso em: 24 set. 2024.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and interdependence*. 3. ed. Nova York: Longman, 2001.

MARQUES FILHO, Elvis Gomes; URQUIZA, Antônio Hilário. Vulnerabilidades dos povos indígenas na fronteira Brasil-Paraguai e o contexto da pandemia de Covid-19. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, Uberlândia, v. 50, n. 2, p. 354-375, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/372646683>. Acesso em: 24 set. 2024.

NASCONE, Mariano. La importancia de recuperar la Unasur y la Celac para la reconstrucción post covid-19. In: *Desafíos para la política exterior argentina y la integración regional en el escenario post pandemia*. Buenos Aires: Flacso, 2022. p. 131-139.

PADULA, Raphael; FONSECA, Felipe de Carvalho Borges da. BRICS: potencialidades de cooperação e papel na governança global de saúde no contexto da pandemia. *Saúde em Debate*, v. 44, n. spe4, p. 40-61, 2020.

PASSARELA, Victória; HEREDIA, Vania; GOMES, Brenda. O acolhimento dos imigrantes realizado pelo município de Caxias do Sul durante a pandemia da COVID-19. *Século XXI: Revista de Relações Internacionais*, v. 13, n. 2, 2022. Disponível em: <https://seculoxxi.espm.br/xxi/article/view/194>. Acesso em: 24 set. 2024.

ROLLSING, Carlos. *Free shops crescem em Uruguaiana e viram sonho de desenvolvimento regional*. GaúchaZH, Porto Alegre, 05 abr. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2024/04/free-shops-crescem-em-uruguaiana-e-viram-sonho-de-desenvolvimento-regional-clun38nw002200157086s4s9q.html>. Acesso em: 25 set. 2024.

SOUSA, A. T. Lopes Marra de; RODRIGUES, G. M. Conflitos entre governos subnacionais e o governo federal durante a pandemia de COVID-19: o Estado de São Paulo e o caso da vacina CoronaVac. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 10, n. 19, p. 36–69, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v10i19.13335>. Acesso em: 25 set. 2024.

SZARY, Ane-Laure A. *Qu'est-ce qu'une frontière aujourd'hui?* Paris: PUF, 2015.

SZARY, Ane-Laure A; GIRAUT, Frédéric. *Borderities and the Politics of Contemporary Mobile Borders*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

TRINDADE, Vicente P. *Análise Espacial da dispersão do Covid-19 na Faixa de Fronteira do Arco Sul do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

VAN HOUTUM, Henk; VAN NAERSSSEN, Ton. Bordering, ordering and othering. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 93, n. 2, p. 125-136, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9663.00189>. Acesso em: 25 set. 2024.

VASCO, Melsequisete Daniel et al. Resposta de Cuba e Uruguai no enfrentamento à pandemia de COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*. 28, n. 12, p. 3631-3641, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320232812.11612022>. Acesso em: 24 set. 2024.

WELLER, Jürgen et al. *El impacto de la crisis sanitaria del COVID-19 en los mercados laborales latinoamericanos*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/9a99df0b-2af2-49a9-a022-30358043be08/content>. Acesso em: 24 set. 2024.

ZELICOVICH, Julieta. ¿Lo que no te mata te fortalece? El Mercosur en tiempos de pandemia. *Temas y Debates*, Rosario, v. 40, supl. 1, 2020. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1853-984X2020000300042&script=sci_arttext. Acesso em: 25 set. 2024.

ISSN: 1984-4921

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v18.n40.04>

Artigo de autores convidados.